

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais**

**Período de Análise: 01/10/2014 a 31/10/2014**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Muito caro, seguro rural não decola.</b> Niza Souza – O Estado de São Paulo, Economia. 02/10/2014.....	3
<b>Governo continua apoiando os produtores</b> – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 09/10/2014 .....	4
<b>Incra lança chamada pública de assistência técnica para atender 11,6 mil famílias no Ceará</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/10/2014.....	5
<b>Incra em Goiás contrata assistência técnica para mais 6.131 famílias assentadas</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/10/2014....	5
<b>Trabalho envenenado: Uso de agrotóxicos afeta diretamente os trabalhadores rurais.</b> Viviane Tavares – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16/10/2014.....	6
MDA e Anfavea fecham acordo de cooperação para o Mais Alimentos. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 17/10/2014 .....	8
<b>Cooperativa da reforma agrária recebe incentivos para ampliar e qualificar a produção de mate.</b> João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/10/2014 .....	9
<b>Agricultores familiares recebem R\$ 34,3 milhões do Programa Fomento</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 22/10/2014.....	10
<b>Campanha Salarial dos Canavieiros segue no processo de negociação.</b> Ana Célia Floriano – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 29/10/2014.....	11
<b>Incra vai investir R\$ 9,5 milhões em assistência técnica em assentamentos de Mato Grosso do Sul</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/10/2014.....	11

## **Muito caro, seguro rural não decola. Niza Souza – O Estado de São Paulo, Economia. 02/10/2014**

*Governo subvenciona prêmio para o agricultor, mas verba tem sido aquém das reais necessidades e liberada fora de prazo*

Atualmente, apenas 14% da área agricultável do Brasil tem algum tipo de seguro rural. Não que na terra em que "se plantando, tudo dá", como escreveu Pero Vaz de Caminha, não haja problemas climáticos extremos, que dispensem a contratação de apólice. A atual seca por que passa o Sudeste e o Centro-Oeste, por exemplo, já seria motivo suficiente para pelo menos triplicar a contratação de seguro rural a fim de minimizar as perdas dos agricultores. Especialistas apontam que o mercado de seguro rural no Brasil tem potencial de R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões - em 2013, o valor equivalente à contratação foi de R\$ 1 bilhão.

Entretanto, justamente por serem a agricultura e a pecuária atividades de alto risco climático, o prêmio (aquele valor inicial que se paga para contratar o seguro) é sempre alto e muitas vezes inviável para o produtor rural.

"A contratação de seguro agrícola para a cobertura de perdas na produção tem sido possível somente com o apoio dos recursos liberados pelo governo federal e por alguns governos estaduais que detêm programas de subvenção ao prêmio", explica o economista Pedro Loyola, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep).

Mais gente, mais barato. "É como qualquer seguro. Quanto mais gente contratando, mais barato ele pode ficar. Como essa modalidade ainda é pouco acessada, o custo é alto", justifica o diretor executivo da Federação Nacional das Seguradoras Gerais (FenSeg), Neival Rodrigues. "À medida que a gente conseguir aumentar a área de abrangência, o preço do prêmio começa a se reduzir. O governo dá o subsídio, mas a verba ainda é insuficiente." O governo federal reconheceu as características peculiares do mercado de seguro rural em 2003, quando criou o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), na Lei nº 10.823. Para a safra 2014/2015, por exemplo, prometeu disponibilizar R\$ 700 milhões no programa em subvenção.

Nem toda promessa, porém, tem sido dívida. Desde 2009, segundo Loyola, o PSR tem apresentado problemas de liberação de recursos. No próprio Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015, daquela promessa dos R\$ 700 milhões, apenas R\$ 400 milhões haviam sido liberados até o início de setembro e os produtores corriam o risco de ficar sem o seguro agrícola, informa Loyola, lembrando que, em 2013, parte deles realmente ficou sem a cobertura. "Naquele ano, o governo disponibilizou R\$ 400 milhões no orçamento para a subvenção ao prêmio", explica. "No fim de dezembro, quando a safra já estava plantada, liberou, com atraso, mais R\$ 230 milhões."

Monitoramento. Outro motivo pelo alto custo do seguro é a dificuldade de monitoramento. "Como o seguro é disperso em diferentes regiões, muitas vezes de difícil acesso, o monitoramento das áreas seguradas tem custo elevado", diz o consultor José Carlos Hausknecht, sócio-diretor da MB Agro Consultoria. "Além disso, esse monitoramento depende de pessoal especializado, de técnicos e agrônomos, e também é

difícil identificar fraudes. Como saber se o dano foi causado pelo clima ou foi o agricultor que não conduziu a lavoura corretamente?", indaga.

Mais um entrave abordado por especialistas é a falta de informações dos produtores, como estatísticas de produção, área plantada e produtividade. Assim, a falta de um banco de dados consistente faz com que as seguradoras, por falta de um histórico de produtividade da propriedade, se utilizem de dados médios do município, levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para calcular a produtividade a ser segurada.

Sem estímulo. Com isso, os agricultores mais tecnificados e produtivos não se sentem estimulados a segurar a produção, pois somente uma parcela será efetivamente garantida e o alto valor do prêmio não compensa o valor segurado.

O SindSeg alerta também que há uma falta de clareza na política pública para o setor que, conseqüentemente, afeta o desenvolvimento de produtos. Para o SindSeg, o governo precisa investir mais, e de forma mais clara. "Um plano mais claro, com aspectos climáticos e de preços, vai refletir positivamente no mercado, pois as seguradoras poderão desenvolver produtos específicos. Vai gerar uma concorrência, o que sempre é bom."

---

#### **Governo continua apoiando os produtores – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 09/10/2014**

*Serão beneficiados agricultores de trigo, algodão, milho, borracha, laranja e arroz.*

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por intermédio da Secretaria de Política Agrícola, programou para este mês de outubro apoio à comercialização de trigo, algodão, milho, borracha, laranja e arroz. O instrumento que será utilizado é o de leilão de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro) feito pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

No próximo dia 16 serão ofertadas 160 mil toneladas de trigo. Após este pregão, estão previstos mais dois leilões de Pepro, ainda sem datas marcadas. Já no dia 23 estão previstos leilões de Pepro de algodão e de milho. E para o dia 30 acontecem os leilões de Pepro de borracha e de laranja.

Também será realizada a venda dos estoques públicos de arroz no dia 23, autorizada pelo Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (Ciep).

Os volumes e preços dos grãos serão definidos e divulgados oportunamente em edital da Conab.

Até o presente momento, já foram apoiados pelo governo federal, por meio de leilão de Pepro, 498 mil toneladas de algodão, envolvendo recursos de R\$ 122,74 milhões; escoados 5,77 milhões de toneladas de milho, com R\$ 253,8 milhões; 68 mil toneladas de trigo, com R\$ 9,25 milhões; 13,5 milhões de caixas de laranja, com R\$ 38,42 milhões. Foram adquiridas por AGF (Aquisição do governo federal) 33,15 mil toneladas de feijão, englobando R\$ 49,53 milhões. Já as vendas de arroz foram de 62,6 mil toneladas, que geraram R\$ 43,5 milhões de receita.

---

**Incra lança chamada pública de assistência técnica para atender 11,6 mil famílias no Ceará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/10/2014**

O Incra vai investir quase R\$ 21 milhões para garantir a prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) a 11.645 famílias no Ceará. O Aviso de Chamada Pública Nº 1/2014, que tem como objetivo a seleção de entidades executoras para atuar junto aos assentados, foi publicado no Diário Oficial da União da última quarta-feira (08).

O atendimento abrangerá 14 lotes: Canindé I, Canindé II, Canindé III, Fortaleza, Granja, Icó, Itapipoca, Monsenhor Tabosa, Morada Nova, Pentecoste, Quixeramobim, Santa Quitéria, Sobral e Tauá.

Os interessados têm 30 dias para apresentar propostas, a contar da data de publicação (08/10). A abertura dos envelopes ocorrerá em 07/11/2014 por ordem de entrega no Setor de Protocolo da Superintendência do Incra no Ceará. Clique aqui para acessar o Termo de Referência da chamada.

Além da capacitação, está prevista a inserção das famílias em programas oficiais de compra da produção, como os voltados à Alimentação Escolar (PNAE) e à Aquisição de Alimentos (PAA). A participação em feiras ou espaços similares de comercialização de produtos também será incentivada.

A ação conta, ainda, com a elaboração de projetos produtivos para inclusão das famílias no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e em projetos específicos para os beneficiários do programa federal de reforma agrária, como o Terra Sol e o Terra Forte.

Criação de projetos de desenvolvimento dos assentamentos (PDAs), realização de oficinas, seminários e eventos como o Dia do Campo, além de intercâmbios de experiências e implantação de Unidades Demonstrativas com exemplos de tecnologias aplicadas nos assentamentos também serão contempladas.

A chamada pública está sendo realizada no contexto da implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). O Pronater prevê a prestação de serviços de Ater de forma gratuita, com preferência ao desenvolvimento de uma agricultura ecológica e de base sustentável.

---

**Incra em Goiás contrata assistência técnica para mais 6.131 famílias assentadas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/10/2014**

A Superintendência Regional do Incra em Goiás publicou, nesta segunda-feira (13), chamada pública para contratar assistência técnica e extensão rural (ATER) para famílias assentadas no estado. O edital conta com nove lotes diferentes de núcleos operacionais, que contemplam 142 assentamentos localizados em diversos municípios

(veja lista abaixo). Se todos os nove lotes da chamada forem contratados, mais 6.131 famílias de trabalhadores rurais serão beneficiadas com o serviço.

Os interessados podem entregar suas propostas até às 9h do dia 14 de novembro deste ano, na sala do Núcleo de ATER, na Sede do Incra/GO (Av. João Leite, n.º 1.520, Setor Santa Genoveva). O Incra/GO investirá R\$ 29,8 milhões para contratar as empresas que forem habilitadas na chamada pública. O prazo de validade do contrato será de 24 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, com atualização monetária a cada 12 meses.

É o primeiro edital de chamada pública realizado pelo Incra/GO este ano e o quarto, desde 2011. Atualmente, cerca de 2,5 mil famílias de trabalhadores rurais em 38 assentamentos são atendidas pelo serviço de Ater contratados por meio deste formato de seleção e contratação de empresas.

---

### **Trabalho envenenado: Uso de agrotóxicos afeta diretamente os trabalhadores rurais. Viviane Tavares – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16/10/2014**

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Embora trágico, isso já não é mais novidade. No entanto, recentes pesquisas latino-americanas mostram que, além da intoxicação via alimentos, os trabalhadores também têm sofrido com esse impacto. E essa realidade está longe de ser mudada. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na safra 2010/2011, o consumo foi de 936 mil toneladas de agrotóxicos, movimentando US\$ 8,5 bilhões entre dez empresas que controlam 75% desse mercado no país.

No artigo “Uso de agrotóxicos no Brasil e problemas para a saúde pública”, publicado na última edição dos Cadernos de Saúde Pública, as autoras Raquel Maria Rigotto, Dayse Paixão e Vasconcelos e Mayara Melo Rocha afirmam que entre 2007 e 2011, de acordo com os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), houve um crescimento de 67,4% novos casos de acidentes de trabalho não fatais devido aos agrotóxicos. No mesmo período, as intoxicações aumentaram 126,8%. Entre as mulheres, o crescimento foi ainda maior, 178%.

Para as pesquisadoras, os agrotóxicos constituem hoje um importante problema de saúde pública, “tendo em vista a amplitude da população exposta nas fábricas de agrotóxicos e em seu entorno, na agricultura, no combate às endemias e outros setores, nas proximidades de áreas agrícolas, além de todos nós, consumidores dos alimentos contaminados”, explicam no artigo.

#### *Agrotóxicos no trabalho*

O pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Pedro Henrique de Abreu, em sua pesquisa “O agricultor familiar e o uso inseguro de agrotóxicos no município de Lavras, em Minas Gerais”, afirma que “não existe viabilidade de cumprimento das inúmeras e complexas medidas de uso seguro de agrotóxicos no contexto socioeconômico destes trabalhadores rurais.” Pedro visitou 81 unidades de produção familiar em 19 comunidades no município de Lavras (MG). Ele usou como

referência os manuais de segurança da indústria química e do Estado e tentou verificar a viabilidade do cumprimento dessas normas na agricultura familiar.

Em sua pesquisa, Pedro utilizou manuais de segurança elaborados pela associação das indústrias químicas no Brasil e por instituições públicas de saúde, agricultura e trabalho. “Os resultados apontaram que a aquisição de agrotóxicos é feita sem perícia técnica para indicar a real necessidade de utilização desses produtos, que a receita agrônômica é predominantemente fornecida por funcionários dos estabelecimentos comerciais e que os agricultores não recebem informações e instruções adequadas sobre medidas de segurança no momento da compra”, explica a pesquisa. Além disso, segundo o texto, o transporte de agrotóxicos é realizado nos veículos disponíveis, como caminhonetes e caminhões, que são não adaptados aos requerimentos de segurança. A questão do armazenamento também é crítica, pois os agricultores utilizam as construções que dispõem para o estoque dos agrotóxicos, independente das condições estruturais e da proximidade das mesmas com residências ou fontes de água. Além disso, o tamanho das propriedades, em grande parcela próxima das residências dos agricultores, impossibilita que o preparo e a aplicação sejam realizados a uma distância que impeça que os agrotóxicos atinjam residências. A falta de informação e de assistência técnica no que diz respeito aos EPIs e outras medidas de segurança necessárias, como o descarte nessas atividades também carecem de atenção. “As dificuldades criadas pelos estabelecimentos comerciais, assim como os custos envolvidos na atividade são os principais motivos para a não devolução das embalagens vazias; e que, por carência de informação, a lavagem das vestimentas e EPIs contaminados por agrotóxicos é entendida como atividade doméstica comum, sendo, portanto, realizada sem a observação de medidas de segurança”, explica o estudo, que completa: “Conclui-se que a tecnologia agroquímica não pode ser utilizada sob os conceitos de controle de riscos na estrutura geral das unidades produtivas de agricultura familiar. Não existindo, desta forma, viabilidade de cumprimento das inúmeras e complexas medidas de uso seguro de agrotóxicos no contexto socioeconômico destes trabalhadores rurais”.

#### *Consequências mais graves*

Recentemente publicado em sites de movimentos contra o agrotóxicos, o Grupo de Genética e Mutagêneses Ambiental (GEMA), formado por pesquisadores da Universidade Nacional de Río Cuarto (UNRC), declarou depois de oito anos de pesquisa e quinze publicações científicas, entre elas a “La genotoxicidad del glifosato evaluada por ensayo cometa y pruebas citogenéticas”, na revista científica Toxicología Ambiental e Farmacología, da Holanda, que os agrotóxicos causam alterações genéticas e aumentam as probabilidades de contrair câncer, sofrer abortos espontâneos e nascimentos com malformações. Os estudos foram confirmados em pessoas e animais. Entre os venenos mais recorrentes estão o glifosato, endosulfam, atrazina, clorpirifos e cipermetrina. “Em diversas pesquisas confirmamos alterações genéticas em pessoas expostas a agrotóxicos. A alteração cromossômica que vimos, indica quem tem mais risco de sofrer de câncer, a médio e longo prazo. Assim como outras doenças cardiovasculares, malformações, abortos”, explicou Fernando Mañas, doutor em Ciências Biológicas e parte da equipe da UNRC, em entrevista para o Página/12, da Argentina.



## **MDA e Anfavea fecham acordo de cooperação para o Mais Alimentos. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 17/10/2014**

SÃO PAULO - O Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), que representa as principais empresas de máquinas agrícolas no país, assinaram hoje um termo de acordo de cooperação sobre o programa Mais Alimentos, que visa estimular investimentos nas propriedades de agricultores familiares. A parceria agora se estende até 2017.

O presidente da Anfavea, Luiz Moan, ressaltou a importância da parceria da Anfavea com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Segundo ele, foram comercializados mais de 80 mil tratores no mercado interno por meio do programa em seis anos, volume equivalente a quase toda a comercialização de máquinas agrícolas de um ano recorde (em 2013, foram 83 mil unidades). “Esse programa contempla a busca de produtividade no campo”, afirmou, em entrevista na sede da Anfavea, em São Paulo. Desde o início do programa, na safra 2008/09, foram comercializados também 48 mil veículos, conforme a Anfavea.

Também presente no evento, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Laudemir André Müller, disse que um dos pontos fundamentais do Mais Alimentos é a “capacidade de desenvolver parceria tão importante entre agricultores, governo federal e associações como a Anfavea e a Abimaq”.

Conforme Müller, o governo federal vem investindo cerca de R\$ 3 bilhões por mês em agricultura familiar, ante R\$ 2 bilhões por ano em 2000. O ministro citou que, até 2006, o Brasil tinha 300 mil tratores no campo e que o Mais Alimentos acrescentou mais 80 mil tratores. “A meta é chegar até metade do ano que vem com 100 mil tratores”.

Por meio da parceria com a Anfavea, os produtores recebem opções de portfólio de produtos (tratores, caminhões, máquinas e equipamentos) com descontos nos preços e condições especiais. A aquisição de produtos pelo Mais Alimentos é feita por meio de linhas de crédito do Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com taxas de juros de até 2% ao ano, dez anos de prazo de pagamento e três anos de carência. A taxa de inadimplência é considerada baixa, em torno de 1,5%, afirma o ministro. “Queremos chegar a zero”.

Müller acrescentou que em 2015 os agricultores familiares terão uma política de seguro que passa a cobrir a expectativa de renda, e não apenas uma garantia do investimento. O ministro também disse que, em parceria com a Embrapa, o ministério deverá capacitar quatro mil técnicos de extensão para melhorar a assistência técnica para pequenos agricultores. Outra meta é melhorar a capacidade de investimento da agricultura familiar, com a incorporação de tecnologia e aumentar a inovação.

---



## **Cooperativa da reforma agrária recebe incentivos para ampliar e qualificar a produção de mate. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/10/2014**

Com o objetivo de ampliar a renda dos produtores rurais e promover a reforma agrária com mais qualidade, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) assinaram, nesta terça-feira (21), em Santa Maria do Oeste (PR), contrato do Programa Terra Forte com a Cooperativa de Reforma Agrária e Erva-mate (Copermate). O recurso destinado à cooperativa é de R\$ 2,5 milhões. Ele será utilizado na aquisição de máquinas para o processamento do chá mate orgânico em sachê, compras de equipamentos e na reforma do galpão industrial.

A iniciativa vai beneficiar mais de dois mil assentados da reforma agrária de oito assentamentos de cinco municípios paranaenses: Turvo, Boa Ventura de São Roque, Palmital, Pitanga e Santa Maria do Oeste.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Müller, lembrou que, com o apoio do programa, a cooperativa paranaense poderá comercializar a produção para outros estados - os produtos já são exportados para a Alemanha. “Nós queremos que a Coperamate aumente a capacidade de produção para que a erva-mate paranaense chegue aos quatro cantos do Brasil. A erva-mate que já é exportada para a Europa, precisa também chegar com essa qualidade para os brasileiros”, disse.

“Nós estamos investindo na agricultura familiar. Implementar esse projeto, significa renda para os agricultores, para o município de Santa Maria do Oeste e para a região. Toda a população vai se beneficiar do recurso”, acrescentou o ministro.

O presidente da Copermate, José Paulo Pires, comemorou o acesso ao programa que, segundo ele, vai ampliar e modernizar a cooperativa, e lembrou que os principais beneficiados são os produtores rurais. “Estamos recebendo o aporte para que possamos melhorar nossa produção. Vamos aproveitar melhor a erva, colocar outros produtos no mercado e vamos poder avançar na qualidade e aumentar a produção, ampliando também a nossa renda. Hoje, por meio do programa, temos essa possibilidade de melhorar a vida dos agricultores”, opinou.

Segundo o presidente do Incra, Carlos Guedes, o acesso à terra é um passo importante para a reforma agrária, mas o investimento em infraestrutura nos assentamentos também é fundamental. “A reforma agrária é um compromisso do Governo Federal. Nós ampliamos os investimentos nos assentamentos, e isso é muito importante. Todas as famílias que estavam em condição de pobreza extrema, hoje, acessam os programas sociais do governo. Todas as famílias que estavam endividadas tiveram a oportunidade de refinanciar as dívidas”, observou.

O ministro em exercício da Secretaria-Geral da Presidência da República, Diogo de Sant’Ana, reforçou que a agricultura familiar e os assentados da reforma agrária são prioridades do Governo Federal. “Quero dizer que nosso projeto político envolve uma mudança fundamental na produção de alimentos. No Brasil, temos uma agricultura familiar muito forte, mas temos que fortalecer a agricultura orgânica, saudável. Por isso,

é importante o Programa Terra Forte, pois, com ele, certamente faremos mudanças especiais no Brasil, de baixo pra cima”.

#### *O programa*

O Terra Forte é uma iniciativa conjunta do Governo Federal, em parceria com o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e com a Fundação Banco do Brasil. Lançado em fevereiro de 2013, o programa tem como objetivo estimular a implantação e a modernização de agroindústrias em assentamentos da reforma agrária.

---

#### **Agricultores familiares recebem R\$ 34,3 milhões do Programa Fomento – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 22/10/2014**

*Mais de 36 mil famílias poderão investir em projetos produtivos, orientados por assistência técnica*

Brasília, 22 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassa, neste mês de outubro, R\$ 34,3 milhões para 36.569 famílias de agricultores familiares que participam do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, do Plano Brasil Sem Miséria.

Do total, quase 8 mil famílias foram incluídas no programa neste mês e irão receber a primeira parcela dos recursos para investimento em seus projetos produtivos, com a finalidade de aumentar a produção, a qualidade e o valor do plantio e da criação de animais.

O programa vincula assistência técnica ao apoio financeiro, o que melhora a produção de uma família que, até então, não produzia o suficiente para gerar renda. Até setembro, mais de 123 mil famílias de agricultores familiares em situação de extrema pobreza foram incluídas no programa. Famílias pertencentes a povos e comunidades tradicionais, incluindo etnias indígenas no Rio Grande do Sul, recebem recursos e são acompanhadas pelos agentes de assistência técnica e extensão rural (Ater) para desenvolverem seus projetos.

A diretora do Departamento de Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva do MDS, Rocicleide Silva, explica que o apoio do Programa de Fomento para o aumento da produção leva as famílias a terem maior segurança alimentar, incluindo-as em uma rota de inclusão produtiva rural.

Na ação, desenvolvida pelo MDS em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cada família recebe R\$ 2,4 mil para investir nos projetos.

Os recursos não são reembolsáveis e são transferidos diretamente às famílias por meio do cartão do Programa Bolsa Família. O pagamento dos recursos financeiros do Programa de Fomento segue o cronograma do programa de transferência de renda.

---

**Campanha Salarial dos Canavieiros segue no processo de negociação. Ana Célia Floriano – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 29/10/2014**

A FETAPE e os Sindicatos dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais da Zona da Mata se reúnem, hoje, com a classe patronal, para a 5ª rodada de negociações da 35ª Campanha Salarial dos Canavieiros. O encontro acontece na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), no Recife. Até o momento, das 90 cláusulas apresentadas, 83 já foram negociadas.

Entre os itens pendentes na pauta, estão: alimentação no local de trabalho, cesta básica de R\$90, contratação de mulheres, tabela de tarefas, contrato por tempo indeterminado, piso de garantia de 20% e salário de R\$ 890.

Para o diretor de Política Salarial da Fetape, Gilvan José Antunis, as últimas cláusulas são as mais difíceis de se negociar, por abordarem questões econômicas. “Esperamos que a classe patronal venha com melhores propostas para os trabalhadores e trabalhadoras, uma vez que as propostas de ontem não foram tão satisfatórias”, afirma.

Durante a quarta rodada, que contou a presença de representantes da Fetape, Contag, dos Sindicatos dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais da Zona da Mata, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e da classe patronal, cinco cláusulas foram negociadas: jornada de trabalho, PIS, hora extra, salário família e habitação rural.

---

**Incra vai investir R\$ 9,5 milhões em assistência técnica em assentamentos de Mato Grosso do Sul – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/10/2014**

Um total de 3.135 famílias pertencentes aos assentamentos do complexo Itamarati, DorcelinaFolador, Lagoa Grande, Nova Era, Boa Vista – todos na região Sul de Mato Grosso do Sul -, vão receber assistência técnica a partir do começo de 2015. Para isto o Incra/MS publicou esta semana a Chamada Pública 01/2014 com o objetivo de selecionar empresas de assistência técnica e extensão rural (ATER) para incrementar a produção nos referidos assentamentos com vistas à segurança alimentar e nutricional. Os assentamentos da região produzem grãos (soja, milho, trigo, feijão), leite e hortifrutigranjeiros.

As empresas a serem contratadas vão atuar no planejamento, execução e avaliação dos processos de organização social, além da implantação de atividades produtivas sustentáveis familiares e coletivas e nos processos de comercialização da produção. “Não adianta produzir aquilo que se acha bom, mas não tem mercado. Garantir a compra dos produtos é um dos passos mais importantes para a segurança da produção, e isto só se consegue com orientação técnica de qualidade.”, assegura o superintendente do Incra/MS, Celso Cestari.

Para o superintendente, as ações desenvolvidas pelo programa de assistência técnica são ferramentas decisivas para garantir alimento na mesa dos sul matogrossenses, promovendo assim o sucesso da política de reforma agrária.

Até o momento o Incra/MS estava atendendo 9.987 famílias com ATER relativas as chamadas públicas nº 01/2011 e 01/2013. A partir do início de 2015, prazo estimado para início dos trabalhos de ATER no complexo Itamarati, o atendimento abrangerá mais 3.135 famílias em 16 assentamentos, perfazendo um total de 13.122 famílias. Somando-se a este total as 171 famílias do mais novo assentamento criado no Estado, o PA Nazareth, no município de Sidrolândia, chega-se a 13.293 famílias recebendo orientações técnicas no seu processo de produção.

O investimento total no atendimento às 13.293 famílias orientadas pela ATER no Estado chega a R\$ 23,5 milhões – sendo R\$ 13,9 milhões para as Chamadas Públicas 01/2011 e 01/2013 e 9,5 milhões para a Chamada Pública 01/2014.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa